



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
 CNPJ/MF Nº. 04.913.711/0001-08
 NIRE 15300000114



(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 10.149 em 30 de dezembro de 2020 (R\$ 2.498 em 31 de dezembro de 2019), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados, mensalmente, de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 15.340 (R\$ 14.536 em 31 de dezembro de 2019).

Existem, ainda, processos cíveis que, de acordo com a sua natureza, são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 57.104 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 36.449 em 31 de dezembro de 2019) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco na ocasião da notificação judicial, quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 37.763 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 36.759 em 31 de dezembro de 2019).

Existem, ainda, causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível no montante de R\$ 5.485 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 10.543 em 31 de dezembro de 2019) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 7.363 (R\$ 7.182 em 31 de dezembro de 2019).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 19.403 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 18.770 em 31 de dezembro de 2019), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

A Administração do Banco entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas decorrentes das demandas judiciais.

Movimentação das provisões para passivos contingentes

	31.12.2020			31.12.2019		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do Período	36.759	14.536	7.182	77.844	7.532	4.653
Atualização monetária	7.285	2.294	182	9.799	4.962	2.529
Constituições	9.046	1.234	-	16.404	5.975	-
Reversões	(8.587)	(2.164)	(1)	(9.722)	(2.542)	-
Pagamentos	(6.740)	(560)	-	(57.566)	(1.391)	-
No final do Período	37.763	15.340	7.363	36.759	14.536	7.182

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	31.12.2020		31.12.2019	
	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)
Cíveis	2.790	16.185	2.869	13.926
Trabalhistas	446	18.819	462	18.839
Tributárias	27	55.372	28	53.985
Total	3.263	90.376	3.359	86.750

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.12.2020		31.12.2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
Caixa de Prev. e Assist. aos Func. do Banpará	0	0,000	755	0,008
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	0	0,000
Administradores	154	0,002	9	0,000
Demais Acionistas	1.307	0,013	1.452	0,015
Total	9.521.649	100,000	9.521.649	100,000

Em maio de 2020, ocorreu a transferência das ações do Banco, pertencentes ao Plano Prev-Renda dos Funcionários do Banpará que estavam em nome da Caixa de Prev. e Assist. aos Func. do Banpará (CABEP), antiga gestora do plano, para o ICATUFMP atual gestor, registrado no Fundo ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV.

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.587	2.062	9.521.649	0,014

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 31 de dezembro de 2020 as ações em circulação totalizavam 2.062.

14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos

de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

15. GESTÃO DE RISCO

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macro-